



# Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300  
CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19  
E-mail: [camarasalto@camarasalto.sp.gov.br](mailto:camarasalto@camarasalto.sp.gov.br)  
Site: [www.camarasalto.sp.gov.br](http://www.camarasalto.sp.gov.br)

**Estância Turística de Salto, 11 de dezembro de 2025**

## **RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA FRENTE PARLAMENTAR DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS- ART. 5º DA RESOLUÇÃO Nº 02/2021**

A Frente Parlamentar de Estudos e Aperfeiçoamento das Emendas Impositivas, criada em 24 de março de 2025 pelo Ato da Mesa nº 04/2025, tem a finalidade de analisar, aprimorar e propor melhorias nas emendas impositivas para fortalecer a transparência e a efetividade das políticas públicas do município, sendo composta pelos vereadores Michel Oliveira Rodrigues da Silva (PT), Henrique Balseiros Chamosa Neto (PL), Almir de Melo Santos (PRD), Clayton Aparecido dos Santos (Progressista), Luzia de Fátima Izidório Vidal (PSB), Graziela Costa Leite (PSB) e Antônio Moreira Sobrinho (PL). A frente realizou uma série de reuniões e atividades visando otimizar a aplicação desses recursos. Iniciada em 26 de fevereiro de 2025, a Frente buscou estudar tecnicamente os impactos das emendas, identificando tanto benefícios quanto os efeitos negativos de sua perda ou execução inadequada, após constatar que 58% das emendas de 2024 não foram executadas e que, desde 2017, as emendas se tornaram parte da Lei Orgânica Municipal, com o percentual de execução aumentado para 2% da receita corrente líquida em 2023, sendo metade destinada à saúde e os valores distribuídos igualmente entre os vereadores, além de ser obrigatória a publicação anual das emendas recebidas pelo Poder Executivo e a sanção da Lei nº 4.124/2024 para garantir a transparência e publicidade trimestral dessas informações. As reuniões subsequentes aprofundaram o debate, especialmente sobre o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2025, proposto pelo Executivo, que visa alterar a base de cálculo das emendas, excluindo as despesas com pessoal, o que gerou um parecer jurídico contrário da Câmara, alegando conflito com a Constituição Federal; os vereadores expressaram preocupação com a redução dos valores das emendas, a falta de cumprimento de projetos e a necessidade de diálogo entre os poderes. Foi proposto e desenvolvido um "cardápio de emendas impositivas", inspirado no modelo federal, para otimizar a escolha e viabilização de projetos, acompanhado da sugestão de uma cartilha orientadora para entidades da sociedade civil, um calendário de prazos revisado e a criação de uma comissão anual para organizar as emendas, tudo isso a ser concentrado em uma aba específica no site da Câmara. O cardápio de emendas foi formalmente apresentado e chancelado em reunião da Frente, com a necessidade da adesão do Poder Executivo para sua efetiva implementação, reforçando que a ferramenta não retira o poder discricionário dos vereadores, mas auxilia na formalização de projetos estruturantes. Em encontro com o Poder Executivo, o formato do cardápio foi debatido, resultando na simplificação do formulário de inscrição de demandas das secretarias municipais para conter apenas secretaria responsável, descrição da necessidade, justificativa e valor estimado, e ficou acordado que o Executivo forneceria informações sobre valores para 2026 e as regras para entidades. A Frente Parlamentar também abordou a importância de reduzir a burocracia e os prazos de liberação de recursos (de 120 para 30-60 dias), fortalecer a fiscalização pela Comissão de Finanças e pelos conselhos municipais, e permitir que entidades e conselhos submetam projetos via formulário online, com a inclusão de novas entidades, como a Ajuda Anjos, após atenderem aos requisitos legais. Um total de 44 projetos provenientes das entidades e conselhos municipais foram apresentados via cardápio de emendas e um período foi concedido para ajustes e unificação de propostas já existentes. Por fim, a Frente discutiu a revisão dos prazos do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) na Lei Orgânica, buscando maior previsibilidade, sugerindo, por exemplo, que o PPA

Todos os dados sobre a Frente Parlamentar constam no site da Câmara: <https://camarasalto.sp.gov.br/frentes-parlamentares>

**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**



# Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300  
CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19  
E-mail: [camarasalto@camarasalto.sp.gov.br](mailto:camarasalto@camarasalto.sp.gov.br)  
Site: [www.camarasalto.sp.gov.br](http://www.camarasalto.sp.gov.br)

seja encaminhado até 30 de junho e votado até 31 de agosto, e que os prazos de análise e remanejamento das emendas impositivas sejam reduzidos, com o Executivo analisando as emendas até 1º de março e o Legislativo indicando remanejamentos em 15 dias, incorporando também na Lei Orgânica Municipal o Artigo 10 da Lei Complementar Federal 210/2024 sobre impedimentos técnicos e o parágrafo 14 do Artigo 166 da Constituição Federal sobre a execução em exercício seguinte em caso de impedimento, mantendo a flexibilidade de não estabelecer um valor mínimo para as destinações, com a expectativa de que as propostas para a Lei Orgânica sejam protocoladas ainda em 2025 e entrem em vigor em 1º de janeiro de 2026.

**MICHEL OLIVEIRA RODRIGUES DA SILVA**

1º SIGNATÁRIO

Todos os dados sobre a Frente Parlamentar constam no site da Câmara: <https://camarasalto.sp.gov.br/frentes-parlamentares>

**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**